

Arquitetura do Movimento Moderno enquanto estratégia de redesenho nas cidades brasileiras: possibilidades e limitações

MENDONÇA*^b, Dafne Marques de.

*^b Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela mesma instituição.

Rua Delfim Moreira, 46, Jardim Hedy, CEP: 86062-610, Londrina/PR
dafnem@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa tratar aspectos da arquitetura do Movimento Moderno enquanto estratégias de redesenho do espaço urbano brasileiro. A arquitetura moderna – ao objetivar se opor a cidade tradicional e usar a arquitetura como instrumento de mudança – busca meios de estabelecer novas espacialidades em áreas consolidadas e de expansão nas cidades. Os princípios que regem o movimento, tais como: a planta como geradora da forma, os cinco princípios da arquitetura propostos por Le Corbusier, a verticalização e a disposição platônica dos edifícios como objetos no espaço, são reinterpretados e reinventados para permitir sua materialização. Em cada uma dessas possibilidades as estratégias adotadas variam conforme as condicionantes sociais, legislativas e físicas, de forma a concretizar a utopia modernista. São identificadas e apresentadas de forma sintética diferentes táticas e estas são ilustradas a partir de exemplares concretos encontrados no país. O entendimento da arquitetura do Movimento Moderno como transformação do espaço urbano potencializa especialmente as intenções do discurso modernista e permite estabelecer novos parâmetros para a preservação deste patrimônio.

Palavras-Chave: Arquitetura Moderna, Redesenho, Espaço Urbano

Abstract

The present article is about Modern Movement architecture in its strategies to redraw the Brazilian urban space. The Modern Architecture – in its principle to opposes to traditional cities and to uses architecture as an instrument of change – searches for strategies to stablish new spatiality in pre-established areas and in new expansion areas. To allow the materialization of Modern Architecture, the principles governing the Movement, such as: the plant as the generating of the form, Le Corbusier's five principles, the verticalization and the Platonian distribution of objectis in space, are reinterpreted. In each of this possibilities are adopted strategies that varies with the social, legislative and physical local conditions to make the Modern Movement utopia come true. Different tactics are identified in Brazil and they are illustrated with real examples through out the country. The understanding of Modern Movement Architecture as means to transform the urban space specially potentiates the intentions of their discourse and allows stablishing new parameters for this heritage preservation.

Key-words: Modern Architecture, Redraw, Urban Space

1.Introdução

O artigo visa oferecer um panorama de propostas modernistas enquanto redesenho do espaço urbano. O redesenho é compreendido como as estratégias de reinventar as cidades através da arquitetura. Em linhas gerais, os elementos morfológicos tradicionais definiram a forma de implantação das edificações até meados do século XIX, quando o surgimento de intenções de ruptura com o passado e com o clássico, influem concretamente também na forma de relação da arquitetura com a cidade.

Neste processo se inclui a arquitetura moderna que explora não apenas novos aspectos formais, como também, novas implantações e tipologias. Diferentes tipos de propostas têm seus esquemas reinterpretados na tentativa de materializar o receituário modernista de oposição à forma urbana e arquiteturas então vigentes. Algumas intenções dominantes podem ser identificadas, tais como as descritas a seguir.

2.Intenções de redesenho no espaço urbano

Um primeiro aspecto de redesenho do Movimento Moderno é quanto a sua *implantação no lote*. De acordo com o receituário modernista, a planta assume o papel de geradora do projeto. A intenção é minimizar ao máximo preocupações exclusivamente fachadísticas, e só ater-se na resolução eficiente de programas como forma de se opor ao ecletismo vigente.

As fachadas são então encaradas como uma resultante das necessidades concretas de funcionalidade do edifício. Ao atribuir à planta o primeiro foco de preocupações, a edificação passa não mais a compreender os limites e orientação dos lotes e das quadras como determinantes, explorando outras formas de implantação alheias às pré-determinações de traçado.

Neste sentido, a chamada “rua-corredor”¹ é alvo de críticas. Sert(1942) considera a perpetuação do modelo tradicional um retrocesso. A Carta de Atenas, resultado do 4º CIAM de 1933, em seu item 27 é enfática: “o alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação deve ser proibido”. Desse modo, nota-se o desejo de oposição ao pré-existente e de reinvenção da arquitetura a partir de uma nova formatação da espacialidade urbana.

O *vazio* para o modernismo – apesar de não construído – é espaço pensado e entendido como parte da proposta projetual, resultado de uma intenção e desenho. A polêmica na década de 1950 acerca das mudanças na implantação e supressão de edifícios no projeto do Parque Ibirapuera em São Paulo, que tanto revoltaram Oscar Niemeyer – principal autor do projeto – é um exemplo que demonstra que a forma do vazio tem importância.

¹ Na qual os edifícios definem os limites do espaço público implantando-se sem recuos

Soma-se a isso, o fato de se encontrar em livros e revistas de época a freqüente apresentação de maquetes e desenhos de propostas vistos de cima. A possibilidade da visão proporcionada pelo avião é destacada por arquitetos modernistas como uma nova forma de visualização dos edifícios e conjuntos. Os terraços-jardins tem esse como um dos seus aspectos positivos apresentados por Gropius(1965) ao destacar a necessidade dos arquitetos em se preocuparem com este novo ângulo de visão.

A *disposição assimétrica* de formas puras rege várias das composições de implantação da arquitetura modernista, onde os blocos construídos são organizados de forma a se equilibrarem sob fundo vazio. Desse modo, não há uma graduação de elementos morfológicos em diferentes escalas (quadras, lotes, edifício, etc.). A única subdivisão morfológica é entre a área total e, já em seguida, as edificações construídas, ambas passam a ser, portanto, as únicas unidades morfológicas.

A *verticalização* é a tipologia dominante do século XX e o Movimento Moderno, apropria-se dela em seu discurso. Sullivan, no artigo de 1896, estabelece um modo de zonear verticalmente a torre. A proposta de Sullivan divide o edifício vertical em três partes e dá ao térreo um uso comercial com lojas voltadas para o passeio. Mas a implantação da torre de Sullivan tem forma condicionada pelo lote tradicional.

Já a torre de Le Corbusier(2006) também se apresenta tripartida, mas para a plenitude da solução, a torre exige um espaço diferenciado e o desprendimento em relação à cidade tradicional. Os *pilotis* no andar térreo, ao elevarem as torres em 4 a 5 metros de altura, servem para criar uma área livre para um parque verde de circulação entre as construções, além de localização de tubulações de água, gás e esgoto. Os terraços abrigam jardins para uso restrito dos moradores e usuários.

Gropius *in* Aymonino(1973), defende a verticalização sobretudo por aspectos econômicos e de racionalidade. O padrão de implantação de edifícios dispostos paralelamente entre si é defendido como o mais proveitoso. Ele também defende as vantagens de socialização entre moradores em um modelo vertical, onde serviços domésticos podem ser centralizados e possibilitar uma vida comunitária mais salutar. É a utopia modernista da arquitetura como instrumento de mudança da sociedade.

Considerar as propostas modernistas como dotadas de alguns desses princípios, influi diretamente na forma de implantação, ou seja, na relação entre edificado e cidade. Romper com o tradicional parece ser a motivação chave das soluções modernistas.

3. Críticas à legislação vigente

Na revista Acrópole de maio de 1948 o artigo de Carlos Gomes Cardim Filho² vê o desprendimento (ou melhor, “desrespeito” nas palavras do autor) aos limites impostos pelo lote como um aspecto revolucionário e ousado da arquitetura moderna e que deve ocorrer tanto em áreas isoladas, como em quadras já existentes:

Um dos aspectos revolucionários da arquitetura moderna, que para os antigos engenheiros seria uma erva na arte de construir, é o desrespeito ao alinhamento oficial mais ousado, quando em áreas isoladas e mais funcional quando no interior das quadras...

E em seguida, destaca ser esta uma necessidade moderna para “corrigir” aspectos “errados” das cidades, a ser aplicada sempre que possível:

...O arquiteto deve modernamente corrigir as orientações erradas das ruas, procurando fixar a casa segundo a melhor orientação, dispensando sempre que possível de toda a preocupação do paralelismo dos alinhamentos das vias públicas. Os prédios não são feitos somente para serem vistos, mas principalmente para serem habitados. (ACRÓPOLE, maio-1948, p. 23).

O texto de Lúcio Costa (2010) sobre o projeto do Edifício Gustavo Capanema para sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro também demonstra o ato de subversão que foi propor uma implantação que rompia com as determinações do Plano Agache que “exigia limite de sete pavimentos alinhados em quadra com área interna” (ibidem, p.111). Este descumprimento da legislação municipal resulta para Costa como algo que se opõe a “vulgaridade das edificações vizinhas” (ibidem, p.110).

² Engenheiro-arquiteto que lecionou na Politécnica de São Paulo. Atuou junto à Prestes Maia na execução do “Plano de Avenidas” para a mesma cidade. Referência biografia do autor encontrada em FICHER, Sylvania. Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Fapesp, 2005, p.215.



Fig.1: Esquema de implantação Edifício Gustavo Capanema comparado às edificações vizinhas. (Fonte: Autora sobre base Google Earth, 2011)

4.Redesenho em cidades brasileiras

No cenário urbano brasileiro polarizam-se duas situações de implantação da arquitetura modernista: *em áreas já consolidadas* e *em áreas de expansão*(quadro1).

Alguns fatores relacionados com a arquitetura, mas externos às questões formais diretamente relacionadas à disciplina arquitetônica, podem ser indicados como participantes da conformação das propostas da primeira metade do século XX: primeiramente, a tradição de práticas sociais, e seu reflexo na forma de organização das edificações e espaços; em segundo, as dificuldades encontradas para acomodar propostas modernas em cidades já consolidadas e, por último, a legislação, ou seja, a ação efetiva do Estado na forma de produção de seu respectivo espaço urbano. Estes fatores somados justificam as duas alternativas para o redesenho em áreas consolidadas e de expansão.

Áreas já consolidadas: com esta definição se incluem cidades pré-existentes ou cidades novas com plano urbanístico definido por vias, quadras e lotes já pré-determinados. AS propostas modernistas encontra obstáculos e se criam meios para realizar, mesmo que parcialmente, seu ideário. Em outros casos, os preceitos do Movimento Moderno compõem apenas a aparência externa dos edifícios sendo a implantação de caráter tradicional, ou seja, situações onde o edifício se insere paralelo e fronteiro aos limites do lote, sem apresentar recuos frontais e/ou laterais ou com afastamentos, mas posicionado paralelamente às divisas.

Áreas de expansão: nestas parece ser onde as propostas modernistas puderam ser mais bem concretizadas. Ao se localizarem em locais externos a malha urbana consolidada, os edifícios se distribuem no espaço e são entremeados por vazios, configurando um espaço platônico. Neste caso, não se observa nenhuma intenção de condicionamento direto aos elementos morfológicos existentes, como nas intervenções realizadas em tecidos consolidados. A implantação ocorre despreendida de condicionantes tradicionais e, com isso as vias internas são criadas nos locais onde há interesse, a partir da localização dos edifícios.

4.1. Categorias de implantação da arquitetura moderna

A partir de uma análise de exemplares brasileiros das décadas de 1930 a 1950, é possível identificar algumas tipologias e estratégias empregadas. Para isto, a forma de implantação e relação do edifício com o lote e espaço público e o uso que possui são adotados como as bases de comparação. A identificação de propostas condizentes com os ditames modernistas (soltura em relação ao lote, elevação por pilotis e interpenetração entre interior e exterior) são consideradas como opostas as implantações que mantêm aspecto tradicional, onde as características do lote e quadra influem na solução.

Quadro01: Estratégias de redesenho em locais consolidados e em áreas de expansão

condições de intervenção	o redesenho é		estratégias adotadas	imagem síntese
	TOTAL	PARCIAL		
locais consolidados			<p>EXTERNAS AO LOTE E/OU QUADRA: projeção sobre passeios (marquises, terraços e/ou volumes construídos em balanço); INTERNAS AO LOTE E/OU QUADRA: criação de espaços reentrantes através de <i>loggia</i>; elevação total do edifício sobre pilotis; aglutinação de lotes ou ocupação de quadra inteira (perda da relação frente e fundo); uso de galerias comerciais térreas (novas rotas de percolação unindo diferentes pontos).</p>	
áreas de expansão			<p>perda das unidades morfológicas tradicionais (lotes e quadras); são os edifícios os elementos definidores do espaço; composição com formas edificadas geométricas puras dispostas de modo assimétrico sobre um fundo vazio; perda da relação de frente e fundo; espaço torna-se permeável por diferentes acessos; sem hierarquia visível entre as formas.</p>	

o edifício ainda mantém relação com a cidade pré-existente

perda de referências à cidade tradicional

(Fonte: Autora,2010)

Como se observa no quadro acima, no caso das áreas de expansão, os resultados obtidos são relativamente plenos, já nas áreas consolidadas apresentam-se de modo parcial devido às condicionantes locais, legislativas e sociais.

No quadro a seguir há uma síntese de tipologias identificadas e exemplares representativos a serem comentados na sequência:

Quadro02: Tipologias de propostas modernas quanto a inserção urbana

GRUPO A		PROPOSTAS DE NOVOS BAIRROS E INSERÇÕES EM ÁREAS DE EXPANSÃO	PROPOSTAS INSERIDAS EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS	GRUPO B
1	BAIRROS RES. QUE SEGUEM IDEÁRIO DE BAIRRO-JARDIM	Jardim América (CIA CITY - São Paulo, 1913-45)	Conjuntos de edifícios de arquitetura <i>déco</i>	USO COM. SEM RECUOS C/ TÉRREO DE USO
		Jardim Pacaembu (CIA CITY - São Paulo, 1925)	Edifício Dourado (FONSECA - Salvador, 1937-38)	USO RES. C/ RECUOS E TÉRREO DE USO RESTRITO
2	CONJUNTOS E BAIRROS RESIDENCIAIS MODERNISTAS	Conjunto Pedregulho (REIDY - Rio de Janeiro, 1946)	Edif. Res. Três Leões ou Leon Kasinski (FERREIRA, FANUELLE & BARRETO - São Paulo, início déc. 1951)	EDIF. VERTICAIS DE USO COM., RES. E INST. SEM RECUOS E C/ LOJAS VOLTADAS P/ A RUA NO TÉRREO
		Parque Guinle (COSTA - Rio de Janeiro, 1943)		
3	ÁREAS CRIADAS PARA NOVOS USOS INSTUCIONAIS E PÚBLICOS C/ ESPACIALIDADE MODERNISTA	Superquadras de Brasília (plano COSTA - 1957)	Edif. Boavista de Seguros (RIBEIRO - São Paulo, 1954)	EDIF. VERTICAIS DE USO MISTO, INST. OU COM. C/ LOGGIA DE PILOTIS NO TERREO
		Conj. Habitacional em Deodoro (REIDY - Rio de Janeiro, dec. 1950)	Edif. da ABI - Assoc. Brasileira de Imprensa (M.M.M. ROBERTO, Rio de Janeiro, 1936-38)	
		Museu de Arte Moderna e Pq do Flamengo (REIDY e BURLE MARX - Rio de Janeiro, dec. 1950)	Edif. Caramuru (RIBEIRO - Salvador, 1946)	
		Centro Administrativo de Curitiba (déc. 1950)	Edif. Banco da Lavoura (BRAZIL - Belo Horizonte, 1951)	
		Cidade Universitária da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, déc. 1950)	Edif. do Inst. dos Arquitetos do Brasil (SOUZA e equipe - São Paulo, 1948)	
		Lagoa da Pampulha (NIEMEYER - Belo Horizonte, 1942-43)	Edif. Banco Boavista (NIEMEYER - Rio de Janeiro, 1946)	EDIF. VERTICAIS DE USO MISTO, INST. OU COM. C/ LOGGIA DE PILOTIS NO TERREO
		Parque do Ibirapuera (NIEMEYER e equipe - São Paulo, 1951-55)	Edif. Inst. Resseguros do Brasil (M.M.M. ROBERTO, Rio de Janeiro, 1941-42)	
			Edif. Seguradoras (M.M.M. ROBERTO, Rio de Janeiro, 1949)	EDIF. VERTICAL DE USO RES. C/ RECUO DAS DIVISAS E PILOTIS TÉRREOS
			Edif. verticais na Cidade Baixa de Salvador (Plano Diógenes REBOUÇAS, déc. 1960)	
			Edif. Esther (BRAZIL E BARROS - São Paulo, 1934)	EDIF. VERTICAIS C/ GALERIA COM. NO TÉRREO E USO MISTO
			Edif. COPAN (NIEMEYER e equipe - São Paulo, 1951-54)	
			Conjunto Nacional (LIBESKIND - São Paulo, 1952-6)	EDIF. VERTICAIS C/ NOVA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NA QUADRA
			Edif. Res. Prudência (LEVI - São Paulo, 1951)	
			Sede Ministério da Educação e Cultura - MEC (COSTA e equipe - Rio de Janeiro, 1937-43)	EDIF. VERTICAIS C/ NOVA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NA QUADRA
			Edif. Res. Louveira (ARTIGAS - São Paulo, 1950)	

características dos subgrupos:

[novos bairros]

- 1** uso residencial
divisão em lotes e quadras
- 2** uso residencial
edifícios definem espaço público
- 3** vários usos
edifícios definem espaço público

[áreas existentes]

- 4** c/ 1 único uso
implantação tradicional
- 5** uso misto
térreo semi-público p/ uso comercial sem recuos laterais e frontal, projeções sobre passeios
- 6** c/ 1 único uso
espaços livres de uso público

ABREVIACOES ADOTADAS:
COM. - p/ uso comercial
RES. - p/ uso residencial
INST. - p/ uso institucional

(Fonte: Autora, 2010)

No caso das intervenções em *áreas de expansão* – subgrupos 1, 2 e 3 indicados no quadro2 – observa-se três propostas de implantação:

Nos bairros-jardim (subgrupo1) o espaço é definido por elementos morfológicos como vias, quadras e lotes, sendo os edifícios inseridos posteriormente na composição espacial já pré-definida. Porém, os elementos morfológicos procuram uma solução inovadora de disposição.

Nas implantações de caráter modernista (subgrupos 2 e 3), os edifícios dispõem-se soltos no espaço e as ruas internas, passeios ou marquises, são determinados para resolver questões de ligação entre os blocos construídos. Assim, o espaço residual adquire caráter semi-público (caso do Centro Administrativo de Curitiba, Parque Ibirapuera, etc.). Nos conjuntos residenciais modernistas (subgrupo2), os espaços intersticiais entre os edifícios, em alguns casos, apresentam restrição ao acesso através de portarias e muros, já que têm uso mais restrito.

O redesenho é considerado completo em todo o grupoA, devido à possibilidade de explorar uma nova proposta em uma área de grande dimensão, livre de limitações físicas pré-determinadas.

No caso das propostas inseridas em *áreas consolidadas* do grupoB, até pela maior complexidade das inserções, são identificadas oito tipologias:

No **subgrupo4**, incluem-se as arquiteturas não identificadas como modernistas e, sim, que remetem à arquitetura *déco*. Nestes, observa-se que não é só o aspecto externo que se diferencia das modernistas, mas também a relação com o lote. Os recuos, se existentes, servem para alargar os passeios e colocação de jardins, pois a edificação se implanta acoplada a base. Nota-se permanências herdadas de construções tradicionais brasileiras, como apresentarem a mesma forma do lote e projeções de balcões de varandas sobre o passeio, além de alguns ainda possuírem porões. As inventividades estão no uso da esquina como local de acesso e as projeções sobre as calçadas de volumes construídos, esta última característica a ser continuada em outras tipologias do grupo (fig2).





Fig.2: Projeções sobre o passeio de edifícios na Av.Oscar Freire em São Paulo/SP (Fonte: Autora,2010)

Nos edifícios residenciais deste subgrupo (fig3), observa-se uma predileção pela implantação isolada no lote, com acessos principais e de serviço bem definidos, localizando-se cada um respectivamente na fachada frontal e posterior. Tanto no uso comercial como no residencial a implantação sugere uma apresentação tradicional encontrada nas cidades brasileiras no final do século XIX, onde o comércio apresenta-se sem recuo em relação à via e no caso do uso residencial, a unidade isola-se no lote para a localização de jardins ao seu redor, mas sem perder a dicotomia frente e fundo.

Fig.3: Edifício
Dourado – exemplo
do subgrupo 4 (Fonte:
Arquivo
DOCOMOMO/Brasil/
PPGAU - UFBA, s.d.)



De modo geral, nas tipologias indicadas pelos **subgrupos5**, a tendência parece ser o de estabelecer uso misto aos edifícios, mesclando funções residenciais aos comerciais e/ou institucionais. Estes são organizados nas torres através de um zoneamento vertical dividido em três partes, onde os térreos assumem as áreas mais públicas; o corpo do

edifício tem uso específico (comumente comercial ou residencial) e as coberturas acolhem, muitas vezes, terraços para uso restrito dos usuários do corpo principal da edificação ou então áreas de serviços (como o apartamento do porteiro, caixa d'água, a casa de máquinas, etc.). Este é o caso do Edifício da Associação Brasileira de Imprensa com o térreo para lojas comerciais e os demais pavimentos para uso institucional, ou do edifício Esther, com galeria comercial térrea.



Fig.4/5: Implantação junto aos alinhamentos prediais com lojas térreas em São Paulo (Fonte: Autora,2010)

O redesenho no **subgrupo 5** se faz efetivamente presente nos edifícios onde os andares térreos apresentam galerias ou recuos para *loggia's*. Com isso, se criam possibilidades de interpenetração entre o público e o privado e novas rotas de percolação no tecido urbano. As ousadias frente os limites do terreno passam não só mais a resultarem de projeções de volumes sobre os passeios, mas também através da criação de reentrâncias. Claro que essa indefinição é relativa, já que os edifícios em seu corpo principal, na maioria dos casos, não apresentam recuos frontais e laterais acima do pavimento térreo, o que denuncia a dimensão real do lote e quadra. Assim, duas estratégias de redesenho podem ser sintetizadas:

Térreo com *loggia*: ou seja, através do afastamento dos pilotis, se cria uma galeria de passagem junto às lojas térreas, tornando indefinido o limite entre público e privado. Nesta solução, uma seqüência de *pilotis* apresenta-se independente do fechamento do

pavimento térreo. O redesenho possibilitado pela criação de *loggia* no térreo fica limitada ao emprego da mesma solução em edificações vizinhas(fig.6).



Fig.6: Conjunto na Cidade Baixa de Salvador com solução térrea em *loggia* (Fonte: Autora, 2008)

Térreo com galeria comercial: o termo é aqui entendido como a disposição de lojas internas ao edifício através de corredores com acesso público que ligam diferentes pontos. Neste caso, o uso de aglutinação de vários lotes condiciona a dimensão da proposta, assim como o número de possibilidades de conexão. O redesenho se estabelece por permitir a dissolução virtual do quarteirão ao possibilitar novas rotas de percolação em áreas antes restritas ao uso privado (fig.7).

Fig.7: Fotomontagem
Conjunto Nacional na
Avenida Paulista, São
Paulo/SP

(Fonte: Brasil Moderno-
edição bilíngüe,s.l, s.d.)



As tipologias do **subgrupo6** são consideradas como a mais completa proposta de redesenho em áreas consolidadas. Para a sua viabilização é necessária a aglutinação de mais de um lote ou ocupar toda a quadra. Dessa forma, a influência das unidades morfológicas sobre a proposta – ainda presente nos exemplares do subgrupo5 – é enfraquecida e a proposta reinventa sua implantação à parte disso. Dessa forma, a implantação deixa maiores áreas de espaços livres, criando ruas internas, jardins, acesso às torres através do interior dos lotes (ou quadras) e soltura completa em relação ao solo pela elevação por *pilotis*.

Dois exemplos ilustram esse subgrupo: o caso do Edifício Gustavo Capanema de 1936 e o Edifício Louveira de autoria de Vilanova Artigas de 1946. No primeiro a disposição de dois volumes perpendiculares entre si (sendo o maior elevado por *pilotis*), deixa uma grande área livre térrea para o trânsito de pedestres. No caso do Edifício Louveira – de uso residencial – a proposta se divide em duas lâminas paralelas elevadas parcialmente por *pilotis*, uma área ajardinada no meio – possível de ser acessada pela calçada – é onde se localiza uma rampa serpenteante, com um único início, que se divide em determinado ponto para dar acesso independente às duas torres. Cria-se um oásis em uma área urbana consolidada. O espaço vazio entre os edifícios é protegido da rua, mas é vigiado pela janela dos apartamentos, e assim, torna-se um lugar entre o público e o privado.

Os edifícios de uso exclusivo residencial do subgrupo6, apresentam recuos para jardins laterais, o que pode demonstrar certa predileção na época para assim diferenciar tipologias comerciais das residenciais. O que as difere das incluídas no subgrupo4 é o fato da possibilidade do térreo se apresentar como área livre ao ser elevada por *pilotis* e acessível a partir da rua.

5. Conclusão

A partir do apresentado no artigo observa-se que o ideário modernista – ao que concerne a relação da arquitetura com o espaço urbano – na prática, apresenta limitações. A tradição de práticas sociais, e seu reflexo na forma de organização das edificações e espaços; as dificuldades encontradas na tentativa de acomodação de propostas modernas em cidades já consolidadas e, a legislação, são alguns dos fatores que influem na materialização da arquitetura moderna no espaço urbano das cidades brasileiras. Estes fatores somados justificam as diferentes alternativas para o redesenho encontradas tanto em áreas consolidadas quanto em áreas de expansão.

A arquitetura do Movimento Moderno, como momento reacionário que foi, nega a possibilidade de existência de convenções e padrões anteriores ao seu advento e, portanto, de qualquer maneira busca repropor o espaço urbano e não só a arquitetura. Em áreas consolidadas os limites do lote transforma-se na representação de todo espaço urbano da cidade, ou seja, a macro utopia modernista busca ser reproduzida em uma escala micro, condicionada pela dimensão dos terrenos pré-existentes, pelas áreas adquiridas através da aglutinação de mais de um lote ou pelo desenho das quadras. Já nas áreas de expansão, a possibilidade de materialização dos ideários modernista foi mais viável e ousada pela indeterminação e não presença dos elementos morfológicos tradicionais.

Ambos os casos, cada qual a seu modo, respondem a um desejo de mudança, onde a arquitetura é usada como o veículo transformador das cidades. A partir dessa ótica, Brasília pode ser considerada o ápice da materialização plena da utopia urbana modernista que se processa de modo parcial em cada projeto arquitetônico anterior.

6. Referências

AYMONINO, C. **O significado das cidades**. Lisboa: Editorial Presença LDA, s.d.

_____. **La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930**. Barcelona: Editora G. Gili S.A., 1973.

BANHAN, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2006.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARDOSO, L.A.F.; OLIVEIRA, O.F. de (org.). **(Re)Discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1997.

CAVALCANTI, L. (org.). **Quando o Brasil era moderno: guia da arquitetura 1928 – 1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

EL-DAHDAH, F. **Lucio Costa Brasília's Superquadra**. Alemanha: Harvard Design School Prestel, 2005.

GOMES, M.A.A. de F. (org.). **Cadernos PPG-AU/FA/UFBA/ Universidade Federal da Bahia: Urbanismo modernista: Brasil, 1930-1960**. Ano 3, edição especial, 2005. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005.

GROPIUS, W. **The new architecture and the Bauhaus**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965.

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel: Editora da USP, 1990.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.

MINDLIN, H. E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

MUMFORD, E. **The CIAM discourse on Urbanism 1928-1960**. S.l: The MIT Press, 2000.

PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J. C.; SAMUELS, I. **Urban forms: the death and life of the urban block**. EUA: Architectural Press, 2004.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UNB, 2006.

PINHEIRO, E. P. **O desenho da cidade: formas urbanas modernas e seus reflexos no Brasil – 1920-1960**. In: Cadernos PPG-AU/FA UFBA. Vol. 1, n. (2003). Salvador: FAUFBA: Edufba, 2003.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SERT, J. L. **Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions**. Londres: Humphrey M. Iford: Oxford University Press, 1942.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **(outras) Cartas de Atenas: contextos originais**. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU UFBA, 2001.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998

Revista Acrópole (São Paulo) – período pesquisado: 1938-1961. Acervo FAU-USP.